

# Com o "spread", oferta deverá continuar firme

por Célia de Gouvêa Franco  
de Brasília

Conceder empréstimos o mais rapidamente possível para aproveitar os elevados "Spreads" — taxas de risco nas operações internacionais — que o Brasil está pagando este ano. Essa é a explicação de uma importante fonte do Banco Central para o vigoroso aumento na oferta de recursos externos da parte dos bancos estrangeiros, nos últimos meses, em comparação com 1980. Até o último dia 23 de julho, o Brasil havia captado 11,183 bilhões de dólares, incluindo-se o "carry-over" do ano passado. Ou seja, quase 80% das necessidades previstas pelas autoridades monetárias, no início do ano, de 14 bilhões de dólares. Já se admite, porém, no âmbito governamental, que esse valor terá de chegar, aos 15 bilhões de dólares.

O diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, acredita que, no segundo semestre, os bancos internacionais vão continuar mantendo firme sua oferta de recursos ao Brasil. Em parte, por causa do "Spread", muito convidativo, pois é bem superior ao que pagam, hoje, os países em desenvolvimento, em sua maioria. "Os bancos têm necessidade de aumentar seu capital. E isso tem sido feito basicamente através dos lucros. Assim, é natural que procurem ativar seus empréstimos internacionais, que concedem remuneração razoável", explicou Serrano. Outro fator importante na decisão dos bancos de continuarem emprestando, em grandes volumes, ao País é a sensível melhora nos principais indicadores econômicos. "O pior já passou", diz Serrano, lembrando os bons resultados da balança comercial e a estabilização dos índices inflacionários, o primeiro passo para uma reversão de tendências.

Não existem dúvidas, contudo, que a estrutura de captação de recursos externos modificou-se substancialmente este ano em comparação com os anos anteriores. Até o último dia 23 de julho, 4,947 bilhões de dólares foram levantados pelos bancos (através do esquema da Resolução nº 63, para repasse a empresas no Brasil). Ou seja, o equivalente a 50% da captação efetiva em 1981, descontando-se o "carry-over" de 1980. No final do ano passado, o saldo de ingresso através da Resolução nº 63 era de 9,924 bilhões de dólares, que correspondia a apenas 18,4% do total da dívida externa, de acordo com dados do Banco Central. Também cresceu sensivelmente a tomada de recursos por intermédio de "club deals" — operações em que os recursos são fornecidos por um grupo fechado de bancos estrangeiros, geralmente de número reduzido.

A preferência por esses dois tipos de empréstimos é explicada por Serrano pela decisão dos bancos de estarem em maior contato com os tomadores de recursos. O representante de um importante banco norte-americano lembrava, recentemente, a este jornal, em São Paulo, que negociar diretamente com os bancos traz outra vantagem importante: essas instituições podem oferecer certas reciprocidades, como a contratação de financiamentos ao comércio exterior, de prazos mais curtos do que os oito anos exigidos pelas autoridades monetárias nos empréstimos. A participação em "club deals" também permite que o nome do banco "apareça" mais junto ao tomador, pois o número de participantes do empréstimo é muito menor do que em operações sindicalizadas. Mesmo com essa recente tendência de maior captação pelo setor privado, especificamente pelos bancos comerciais, é ainda preponderante a parcela da dívida externa referente ao setor estatal. Uma fonte categorizada do Banco Central calculou, esta semana, que cerca de 70% da dívida corresponde ao setor público. E isso sem contar que uma parte importante dos empréstimos tomados pelos bancos é repassada às empresas estatais. O Banco do Brasil também tem participado ativamente na captação de empréstimos no exterior: de acordo com dados de junho último, ele obteve 17,6% do total levantado através da Resolução nº 63, este ano.

A maior oferta de crédito

ao Brasil não foi adotada, além disso, igualmente por bancos de todas as nacionalidades. Os bancos norte-americanos, seguidos pelos canadenses, assumiram a liderança vigorosa na concessão de dólares ao Brasil, este ano. Esse maior entusiasmo foi resultado, parcialmente ao menos, da visita feita aos dois países, no início do ano, por autoridades brasileiras, que expuseram os planos para se combater a inflação e buscar equilíbrio do balanço de pagamentos, em 1981. É sintomático, portanto, que nas quatro grandes operações sindicalizadas realizadas este ano pelo Brasil todas tenham tido bancos norte-americanos como agentes: Morgan Guaranty no empréstimo à Vale do Rio Doce; Bank of America para Eletrobrás; Manufactures Hanover para Siderbrás e Citibank para Itaipu.

Os bancos europeus, de maneira geral, mantiveram-se mais retraídos. Os franceses, nem tanto, pois passaram os últimos meses organizando e concretizando os empréstimos contratados durante a visita do presidente Figueiredo a Paris no início do ano. Os ingleses também participaram regularmente, mais nas operações 63. Os bancos japoneses, por sua vez, continuaram um tanto limitados em suas atividades pelo controle governamental, aparecendo mais nos empréstimos ligados diretamente às suas áreas de interesse.